

Profissão de intérprete de LIBRAS surgiu nas igrejas cristãs

Sociologia

Enviado por:

Postado em:18/11/2010

Desde os anos 1980, as Igrejas protestantes são o principal reduto de formação de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). É de lá que também surgem os primeiros pesquisadores sobre o assunto e, principalmente, a consciência da importância da comunicação com surdos por meio de sinais.

É o que constata César Augusto de Assis Silva, cientista social e autor da tese de doutorado *Entre a deficiência e a cultura: Análise etnográfica de atividades missionárias com surdos*, defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Segundo o pesquisador, a igreja foi a primeira instituição a promover esse tipo de educação, já que instituições laicas não abrangiam atividades para pessoas com deficiência auditiva. “Os protestantes (luteranos e batistas) foram os que tiveram atuação mais forte no trabalho missionário utilizando a LIBRAS porque trataram os sinais como uma linguagem que devia ser levada a sério. A igreja católica, que foi a primeira a promover a educação de surdos, historicamente prezou mais o ensino da oralidade, apesar de atualmente também utilizar sinais”, explica Assis Silva. A partir desse pioneirismo das igrejas protestantes, surgiram os primeiros intérpretes e intelectuais dispostos a estudar a língua de sinais, que começaram a ocupar uma posição de grande relevância na relação entre surdos e não surdos, no movimento social, em instituições universitárias e no mercado. “Se uma pessoa com surdez quisesse reivindicar algo, falava com o intérprete, que fazia a tradução do que era dito. Essa foi uma das características que estimulou a atuação do intérprete como um profissional do mercado de trabalho”, diz o cientista social. Atividade missionária Analisando documentos históricos, dicionários e matérias de evangelismo, visitando ambientes com pessoas cristãs (igrejas, congressos e acampamentos) e entrevistando fiéis, pastores, padres, ativistas políticos, linguistas, pedagogos e intérpretes, Assis Silva notou que as atividades de evangelização com surdos desempenhavam um papel missionário muito semelhante às atividades de missões que são realizadas quando membros da igreja viajam para outros locais, a fim de levar o evangelho a outras culturas e outros contextos. “É possível entender essa atitude como uma tentativa de inserção no mundo das pessoas com surdez também, adaptando-se ao contexto delas. Isso foi realizado, sobretudo, pelos batistas”, conta o pesquisador. Há uma terceira igreja cristã que também foi analisada pelo cientista social: as Testemunhas de Jeová. “Essa igreja fundou congregações específicas para surdos, onde todas as pessoas usam língua de sinais. Como a pregação também é feita dessa forma, não é necessária a atuação do intérprete, diferentemente de igrejas protestantes e da igreja católica”, diz Assis Silva. A partir dessas congregações, o pesquisador também notou que há sinais específicos, adaptados para cada instituição. “Entre as testemunhas de Jeová, por exemplo, não há sinais como alma ou inferno, porque isso não faz parte das crenças dessa instituição. Para essas palavras, são feitos os sinais que representam carne e sepultura, respectivamente”. O cientista social diz que a palavra “cristão”, nas três instituições estudadas, são feitas de forma diferente, retratando o católico, a testemunha de Jeová e o crente (forma como se autodenomina o protestante). Português para surdos Assis Silva diz que as reivindicações políticas, desde os anos 1990, são pela promoção da educação bilíngue para pessoas com surdez. “De acordo com esse modelo de educação, a primeira língua que os surdos aprendem é a LIBRAS. O

português deve ser aprendido como segunda língua”, explica. O pesquisador conta que a mobilização pelo ensino e aprendizado da Língua Brasileira de Sinais está crescendo em todo o País. “Hoje há cursos de graduação que formam tradutores e intérpretes em LIBRAS/português, bem como cursos de Letras LIBRAS. A conquista desse espaço é muito importante para a disseminação dessa língua e inclusão social de pessoas surdas”, diz. Segundo Assis Silva, essas transformações vêm no bojo do reconhecimento legal da LIBRAS, por meio da Lei Federal 10.436, de 24/04/2002, regulamentada pelo Decreto Federal 5626, de 22/12/2005. Como o pesquisador demonstra em sua tese, agentes religiosos foram fundamentais para a consolidação dessa normatização jurídica da surdez. Esta notícia foi publicada no sítio usp.br/agen/. Todas as informações nela contida são de responsabilidade do autor.